



FLORESTAS DE VALOR

Uso sustentável como estratégia para áreas protegidas

FLORESTAS DE VALOR

Uso sustentável como estratégia para áreas protegidas



Realização

Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola - Imaflora

Coordenação

Roberto Palmieri - Imaflora

Entrevistados

André Villas-Bôas
Bruno de Souza
David Escaquete
Leo Ferreira
Patrícia Gomes
Virgílio Viana
Tasso Azevedo

Pesquisa e texto

Jaime Gesisky

Edição

Jaime Gesisky
Marco Chiaretti
Roberto Palmieri

Revisão

Moema Ungarelli Gonzaga

Projeto gráfico e editoração

Ekletica Design e Publicações
Alessandra Arantes
Luiz Guilherme Guimarães

Fotografias

Acervo Imaflora
Rafael Salazar

Mapa

Vinicius Guidotti de Faria
Felipe Cerignoni

Ficha catalográfica:

FLORESTAS DE VALOR: USO SUSTENTÁVEL COMO ESTRATÉGIA PARA ÁREAS PROTEGIDAS /Jaime Gesisky e Roberto Palmieri - Piracicaba, SP: Imaflora, 2015. 84 p.

ISBN: 978-85-98081-69-4

1. Unidades de conservação. 2. Terras Indígenas. 3. Uso Sustentável. 4. Populações Locais. 5. Cadeias de Valor. 6. Florestas de Valor.



Essa licença não vale para fotos e ilustrações, que permanecem em copyright.

Você pode:



• Copiar, distribuir, exibir e executar a obra;



• Criar obras derivadas.

Sob as seguintes condições:



• Atribuição. Você deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante.



• Uso não comercial. Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.



• Compartilhamento pela mesma Licença. Se você alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta, você somente poderá distribuir a obra resultante sob uma licença idêntica a esta.



O Imaflora® (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola) é uma organização brasileira, sem fins lucrativos, criada em 1995 para promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e para gerar benefícios sociais nos setores florestal e agrícola.

Conselho Diretor:

Adalberto Veríssimo
André Villas-Bôas
Célia Cruz
Laura de Santis Prada
Maria Zulmira de Souza
Sérgio A. P. Esteves
Tasso Rezende de Azevedo
Ricardo Abramovay

Conselho Consultivo:

Marcelo Paixão
Marilena Lazzarini
Mário Mantovani
Fábio Albuquerque
Rubens Ramos Mendonça

Secretaria Executiva:

Maurício Voivodic
Eduardo Trevisan Gonçalves

Conselho Fiscal:

Adauto Tadeu Basílio
Erika Bechara
Rubens Mazon

Comunicação:

Priscila Mantelatto
Jaqueline Lourenço
Marina Jordão
Fátima Nunes

Estrada Chico Mendes, 185 | Cep: 13426-420 | Piracicaba | SP | Brasil

Tel/Fax: (19) 3429.0800 | www.imaflora.org | imaflora@imaflora.org

APRESENTAÇÃO

Esta publicação surgiu da necessidade de registrar os momentos mais expressivos da trajetória do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) na conservação de áreas protegidas e na garantia dos direitos das populações que vivem nesses territórios. Colocados sob uma perspectiva histórica, nossos passos poderão agora ser melhor analisados, e, assim, conseguiremos caminhar adiante.

O Instituto, como seu próprio nome diz, foi criado com o objetivo de atuar no manejo e na certificação florestal e agrícola. E logo se pôs em campo, com o desejo de realmente intervir, de modo efetivo, no estabelecimento de parâmetros de sustentabilidade que julgávamos necessários para o desenvolvimento destes setores, na perspectiva de atualizá-los frente às novas demandas que vinham da própria sociedade, na efervescência pós Rio 92.

À medida que o trabalho foi se aprofundando e que questões fundamentais relacionadas às florestas brasileiras – com sua complexidade social e ambiental – foram se colocando para o Imaflora, tornou-se inevitável que as áreas protegidas e as comunidades que vivem ou se relacionam com elas ganhassem prioridade na agenda institucional.

Com o passar do tempo e o acúmulo de experiência, o Imafloira se viu na condição de poder colaborar com outras ONGs, governos, empresas e comunidades na realização de uma nova ideia relacionada ao uso sustentável dos recursos naturais, algo que pudesse se tornar um incentivo para a conservação das áreas protegidas e a melhoria das condições de vida de quem vive em relação direta com as florestas.

Para poder realizar esse intento, entendemos, logo de início, que era necessário criar vínculos fortes e de confiança entre os distintos segmentos da sociedade. E assim temos tentado fazer ao longo das duas últimas décadas.

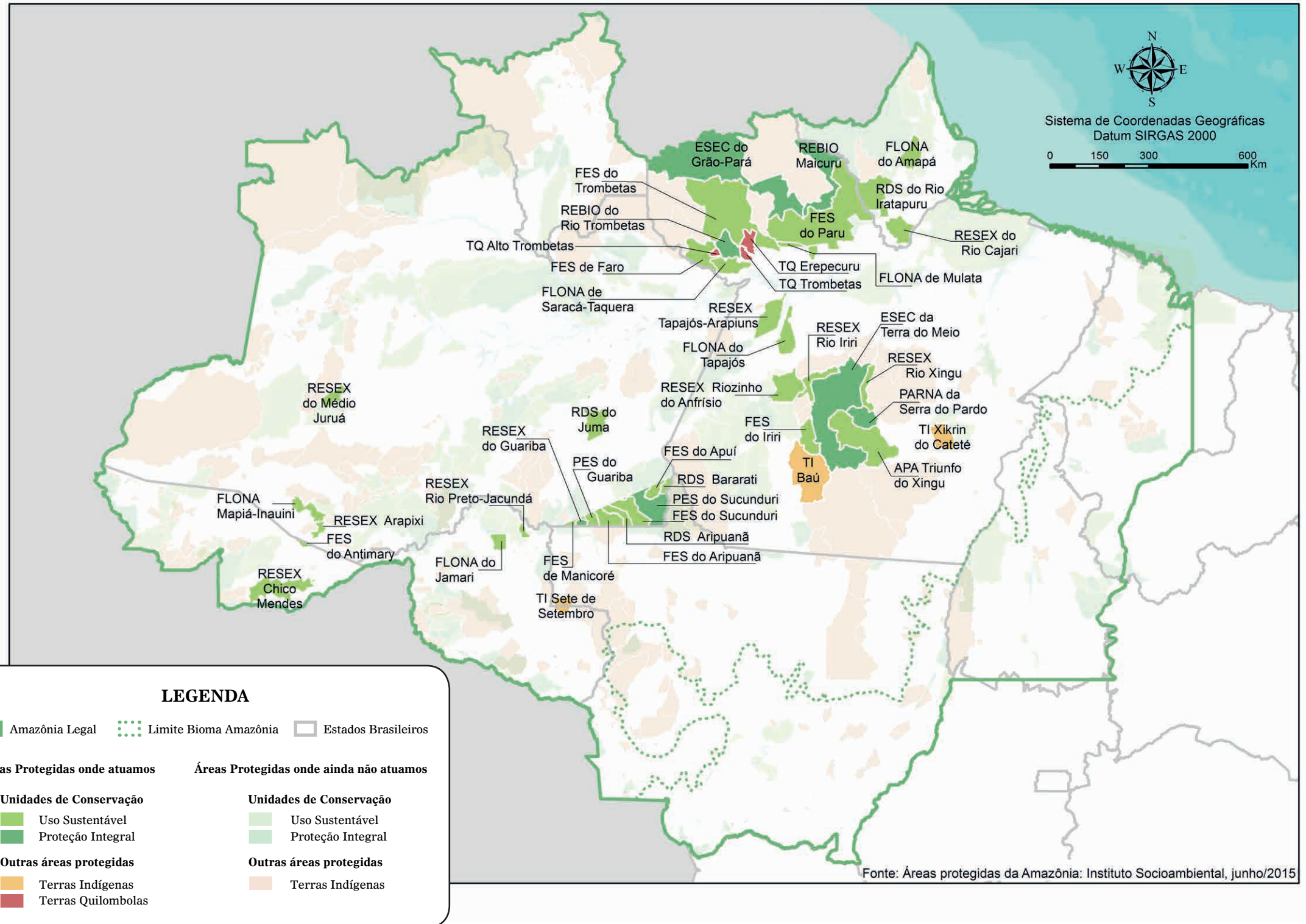
É um pouco desta perspectiva que partilhamos aqui neste breve relato, muito mais um exercício de memória institucional do que uma análise pronta e acabada. Mas capaz de gerar reflexão coletiva e de nos apontar caminhos novos de compreensão que nos levem à melhoria da nossa prática.

Este trabalho também reflete, em alguma medida, todo o esforço daqueles que nos precederam na criação do Instituto e na tarefa de levar em frente a nossa missão. A todos, nosso reconhecimento e gratidão.

SUMÁRIO

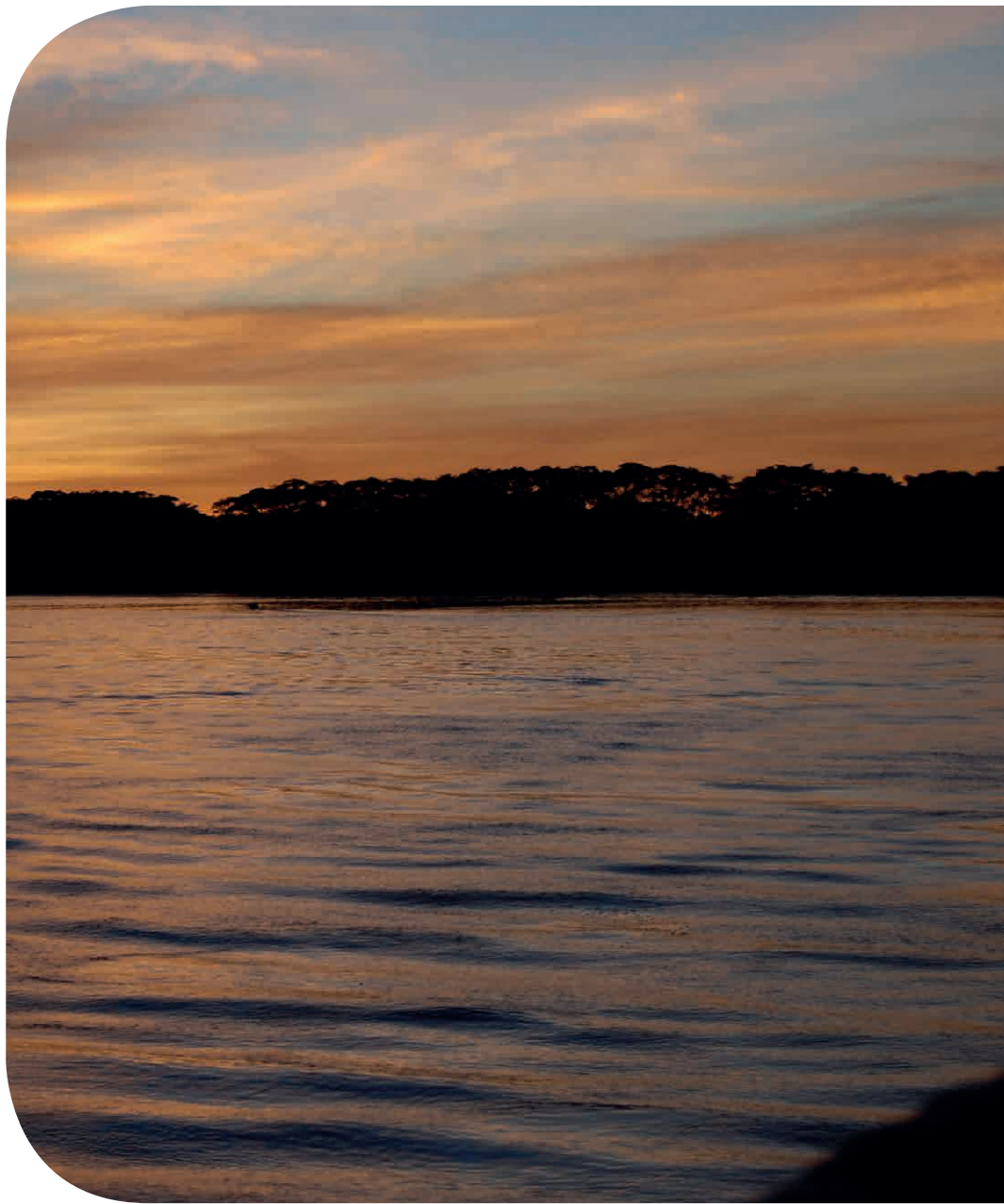
INTRODUÇÃO	13
Trabalhar com áreas protegidas: a construção de um sentido	
CAPÍTULO 1	23
Certificação e consolidação de áreas protegidas	
CAPÍTULO 2	43
Consultas públicas para Unidades de Conservação	
CAPÍTULO 3	53
Gestão das áreas protegidas	
CAPÍTULO 4	65
Mercado e produção comunitária em áreas protegidas	
CAPÍTULO 5	79
Políticas públicas	

Áreas Protegidas: atuação do Imaflorea em UCs e Terras Indígenas





Indígenas, Imaflora e instituições de apoio reunidas na Terra Indígena do Baú.



Terra do Meio: Trecho do rio Xingu, em Altamira (PA).

INTRODUÇÃO

TRABALHAR COM ÁREAS PROTEGIDAS: A CONSTRUÇÃO DE UM SENTIDO

A sociedade civil brasileira soube responder rapidamente aos apelos do movimento ambientalista mundial que começou a se consolidar a partir na década de 1980 e que teve como marco histórico a Rio-92.

Também conhecida como Cúpula da Terra, a reunião promovida pela ONU no Rio de Janeiro, em junho de 1992, trouxe uma energia nova que contagiou pessoas que já pressentiam os novos rumos que tomaria a conservação do meio ambiente, não só no Brasil.

A nova ordem trazia para o movimento ambientalista um olhar mais amplo, em que os aspectos econômicos e sociais passaram a convergir para uma ideia de conservação que tomaria forma a partir do surgimento de algumas organizações civis, de caráter socioambiental.

O socioambientalismo fazia todo o sentido para um país com grande parte do território coberta por florestas nativas e, dentro delas, comunidades e povos com cultura e modos de vida absolutamente integrados ao ambiente natural.

Em 1995, um grupo de professores e alunos da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), somado a outros idealistas, criou em Piracicaba, no interior paulista, a primeira organização não governamental brasileira dedicada a temas como o manejo e a certificação florestal e agrícola, com uma visão socioambiental. Nascia o Imaflora - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola.

Os criadores da nova ONG vinham de uma formação acadêmica de base florestal e agrícola e traziam na bagagem muita leitura sobre o manejo de florestas, embora a literatura disponível até aquele momento apontasse quase sempre para a realidade do Hemisfério Norte.

Foi preciso tropicalizar a ideia do manejo, adaptando-a para as peculiaridades do Brasil, dando aos povos indígenas e às comunidades tradicionais o devido peso no jogo da conservação.



Aldeia indígena às margens do rio Mapuera, Floresta Estadual de Faro (PA).

Some-se a isso o fato de que foi necessário juntar nessa equação o mercado, como agente-chave de sustentabilidade, que começava a tomar corpo no país.

De olho na transformação da realidade a partir do uso de instrumentos criados no âmbito do mercado, o Imaflora foi uma resposta genuinamente nacional, de inspiração florestal e conservacionista, a uma questão que o mundo todo já vinha formulando.

O que se buscava era dar conta do desafio de usar os recursos naturais de modo sustentável – mesmo que este conceito ainda estivesse em formação.

O Imaflora passou a somar aspectos ambientais, sociais e econômicos ao seu projeto de conservação, incluindo o fato de que qualquer construção nessa linha deveria trazer os governos para o centro do debate, já que o Estado é o ente que, em



Território Quilombola no entorno da Floresta Estadual de Faro (PA).

última instância, formula as políticas públicas. Já estava claro que nenhuma das partes poderia ser excluída, sob o risco de se criar um modelo que não abarcaria a complexidade do tema e, tampouco, a do país.

A ideia inicial do Imaflora era clara, direta: proteger as florestas e tudo o que elas trazem de bom: água, segurança climática, biodiversidade, alimentação, abrigo. E, ao mesmo tempo, gerar mecanismos para que o uso comercial dos recursos naturais pudesse colaborar no projeto de conservação do meio ambiente.

Para essa matriz de pensamento virar ação, foi preciso estabelecer um desenho que incluísse elementos ecológicos e de mercado, as regulações governamentais e os aspectos sociais – agora vistos sob um prisma ampliado.



Reunião pública em Óbidos (PA) para criação das Florestas Estaduais do Trombetas e de Faro.

No começo, não foi nada fácil. Faltavam base teórica e, sobretudo, prática no manejo das florestas tropicais. Ainda não havia o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), que viria a ser criado apenas em 2000. Por outro lado, as Unidades de Conservação (UCs) já eram uma realidade, como os Parques, Florestas Nacionais (Flonas), as Áreas de Proteção Ambiental (APAs), as Estações Ecológicas (Esecs) e as Reservas Extrativistas (Resex).

Contudo, o debate em torno da criação dessas áreas protegidas dividia os ambientalistas entre grupos contrários à permanência de populações tradicionais nas Unidades de Conservação e os que queriam incluir essas comunidades no processo de conservação das florestas.

Essa discussão se deu em meio a fortes pressões sobre as áreas protegidas, resultantes de um processo histórico de ocupação do solo no Brasil, processo que tinha como princípio derrubar a floresta para “abrir caminho para o desenvolvimento”, lema que, durante muito tempo, embalou o movimento em direção aos sertões do Brasil.

O Imaflora sempre entendeu a importância de manter as áreas de proteção integral, mas defendeu também, com a mesma ênfase, a existência de unidades em que fosse possível o manejo florestal. Esse movimento é necessário para garantir a sobrevivência dos povos e comunidades tradicionais em seus locais de origem e atender às necessidades do mercado.

Ao trazer a ideia de um desenvolvimento gerado a partir das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, o Imaflora ajudou a criar um pensamento que hoje está perfeitamente adaptado aos princípios do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Em suma, não há mais como negar a importância dos povos e comunidades da floresta no trabalho de conservação e nem esquecer que o mercado pode abrir portas para uma nova economia, de base florestal.

É por isso que, ao longo dos últimos 20 anos, a atuação em áreas protegidas tornou-se estratégica para que o Imaflora pudesse cumprir plenamente a sua missão. Como se verá neste breve relato, o trabalho do Instituto caracteriza-se pela diversidade de ações e de abordagens implementadas em várias regiões.

Neste momento, a atuação do Imaflora concentra-se nas duas maiores porções de áreas protegidas do Pará – a Terra do Meio e a Calha Norte –, além de verificações e certificações nos estados do Acre, Amazonas, Rondônia, Amapá e Mato Grosso.

No início de 2015, as ações do Imaflora abrangiam já 30 milhões de hectares em três Terras Indígenas (TIs) e 37 Unidades de Conservação, incluindo Reservas Extrativistas (Resex), Florestas Nacionais (Flonas), Florestas Estaduais (Flotas), Reservas Biológicas (Rebios) e Áreas de Proteção Ambiental (APAs). É importante destacar: 30 milhões de hectares.

Esse é um bom resumo da participação do Instituto para que as florestas estejam protegidas, os direitos das populações locais asseguradas e o mercado abastecido dentro de uma lógica verdadeiramente sustentável.

Enfim, a experiência mostra que um dos caminhos para seguir em frente é promover o encontro dos diferentes atores – comunidades, governos, sociedade civil, empresas, consumidores – e que o diálogo e o envolvimento de todos é condição básica para que o trabalho continue.

Em 2000, a lei que criou o Snuc teve o mérito de conciliar visões distintas. Foi um avanço na realização de um siste-

ma efetivo de áreas protegidas, que hoje em dia é considerado um modelo para outros países. Um dos aspectos mais inovadores do Snuc está no fato de que ele reconhece as comunidades tradicionais como parte do sistema para proteção do meio ambiente, ao prever sete diferentes categorias de Unidades de Conservação de Uso Sustentável – além das cinco categorias de proteção integral.

Foi em uma dessas áreas protegidas que o Imaflora começou seu trabalho, e que, a partir do resultado positivo, abriu portas para a atuação em Terras Indígenas. Para aquele Imaflora no nascimento, já estava claro que a manutenção da cultura de centenas de etnias e a promoção de cadeia de valor nessas terras poderiam contribuir com a consolidação desses territórios e ajudariam a suprir a demanda da sociedade por alguns produtos e serviços ambientais.



Moradores das comunidades de Monte Sião e do Português debatendo sobre o plano de gestão da Floresta Estadual de Faro (PA).

Este aspecto ganha mais e mais importância na medida em que, por exemplo, assistimos a um agravamento da crise hídrica que assola áreas urbanas, em regiões diferentes do país.

Vistas do alto, essas áreas protegidas formam um conjunto que abriga importantes remanescentes de florestas nativas no país, a maior parte delas legalmente definidas como tais. Nelas, existe uma enorme diversidade de recursos com potencial econômico para o mercado mundial e uma vasta população que tem assegurado em lei o direito de sobreviver desses recursos.

Uma das frentes de trabalho do Imaflora nas duas últimas décadas é buscar soluções que conectem essas populações ao mercado pelo viés da sustentabilidade. O que se busca é fazer com que tais populações possam viver na floresta, com dignidade, ajudando a manter serviços ambientais essenciais à qualidade de vida das pessoas, tanto nos ambientes naturais quanto na cidade.



Mapeamento das cadeias de valor nas Áreas Protegidas da Calha Norte com quilombolas de Oriximiná (PA).

Sua permanência na floresta é garantia de sobrevivência dessa floresta, desde que se concilie desenvolvimento e conservação. Por isso, integrá-las aos processos produtivos sustentáveis tornou-se para o Imaflora uma opção estratégica, assim como trazer o mercado e sua lógica para ajudar a resolver a equação.

O mesmo se dá em relação aos governos. Seja na escala federal, estadual ou municipal, se é verdade que o Estado vem ampliando a estrutura das equipes dedicadas à gestão das áreas protegidas e às iniciativas de conservação, é também verdade que esse esforço ainda é insuficiente para dar conta de todos os desafios.

Por isso, apoiar o governo na formulação e na implantação de políticas públicas e buscar o diálogo e as sinergias entre os distintos setores envolvidos nesse debate estratégico para o país, enfim, perseguir este consenso têm sido um dos maiores desafios, mas também uma das grandes contribuições do Imaflora.



Auditoria para certificação do manejo florestal de breu e castanha na RDS Iratapuru (AP).

CAPÍTULO 1

CERTIFICAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS

Um dos resultados da Rio-92 para o Brasil foi o fato de que ela acabou inspirando bastante um grupo de engenheiros florestais e agrônomos, que flertavam com os princípios do manejo florestal. Esses jovens acreditavam que poderiam fazer da certificação florestal um meio de proteger as florestas nativas e ainda ajudar as populações tradicionais a encontrar um caminho de sobrevivência que as incluísse no processo de conservação. E a certificação socioambiental foi um dos instrumentos de incentivo ao mercado priorizados pelo Imaflora para contribuir com esse desafio.

A principal referência sobre manejo florestal vinha do Forest Stewardship Council® (FSC)®. Mas, mesmo com credibilidade internacional, o FSC era visto com certa reserva, pois o que se conhecia até ali era o manejo de florestas plantadas, sobretudo as do Hemisfério Norte.

Enquanto, no âmbito internacional, muitos discutiam o boicote à madeira tropical, alguns entusiastas - entre eles os funda-

dores do Imaflora – se dispuseram a investir em algo inovador e construir um sistema de manejo e certificação da atividade, com participação de múltiplos atores, até mesmo com interesses opostos, mas que pudessem gerar uma alternativa e identificar os produtos provenientes de um manejo responsável.

O jeito foi adaptar o que havia de melhor na ideia do manejo florestal e torná-lo um pouco mais próximo da realidade – e da complexidade – dos trópicos, com suas grandes extensões de florestas naturais, enorme diversidade biológica e cultural e um drástico processo de avanço do desmatamento.

Os ajustes incluíram no processo de certificação florestal critérios socioambientais, que hoje orientam experiências por todo o país. Abriram também a porta para que o Imaflora se tornasse um dos pioneiros na certificação socioambiental no campo, agregando ainda mais valor à experiência da organização.

Assim, desde o início, o Instituto começou a desbravar uma trilha que o levaria, duas décadas depois, a se tornar uma das referências em certificação socioambiental no Brasil. A originali-



Madeira certificada FSC.



Treinamento dos moradores da Floresta Nacional de Tapajós (PA) sobre certificação FSC.

dade do Imaflora esteve em utilizar o instrumento da certificação em prol do desenvolvimento local sustentável.

O que no começo era um trabalho de certificação destinado à transformação das realidades locais, tornou-se um processo que apoia a conservação dentro e fora de áreas protegidas, sobretudo na Amazônia. E, para isso, foi fundamental aplicar a ideia das boas práticas do manejo em ações concretas.

O Imaflora destaca-se por conseguir integrar a proteção das florestas nativas com uma economia de base florestal, adaptada à vocação brasileira, à vocação de um país de enorme diversidade, que precisa dar ao mundo respostas que vão muito além das ações de comando e controle do desmatamento.

Embora as ações restritivas do Estado ainda sejam cruciais para conter a derrubada de florestas, é na oferta de alternativas econômicas viáveis para as populações locais e para as empresas que vai ocorrer a guinada pela proteção do meio ambiente a longo prazo, que pense na sustentabilidade para as próximas gerações.



Transporte da Castanha-do-Brasil certificada FSC coletada na RDS do Iratapuru (AP).



Validação e verificação do projeto de carbono da Terra Indígena 7 de Setembro (MT e RO) do povo Paiter-Suruí.

Essas alternativas têm, necessariamente, que incluir os instrumentos de mercado e as empresas, mas também os governos em todos os níveis, tudo dentro de uma nova lógica: usar os recursos naturais, garantir a justa partilha dos benefícios com quem protege as florestas, assegurar políticas públicas consistentes, inclusivas e duradoras para essas populações, ajudar a estabelecer padrões de manejo e de produção e gerar opções atraentes para empresas que têm nos recursos florestais seus principais ativos.

Tabela 1. Unidades de Conservação da Natureza com empreendimentos certificados pelo Imaflores (em ordem cronológica).

Unidades de Conservação	Produto	Tipo de certificação ou verificação	Período
Reserva de Desenvolvimento Sustentável Iratapuru (AP)	Resina de Breu, Óleo de Castanha-do-Brasil e Castanha-do-Brasil	Certificação do Manejo Florestal	2004 a 2013
Floresta Estadual do Antimary (AC)	Madeira Nativa	Certificação FSC do Manejo Florestal	2005 a 2015
Reserva Extrativista Rio Cajari (AP)	Palmito	Certificação FSC do Manejo Florestal	2005
Floresta Nacional Mapiá-Inauini (AM)	Borracha (Couro Vegetal)	Certificação FSC do Manejo Florestal	2005
Reserva Extrativista Médio Juruá (AM)	Óleos de Andiroba, Ucuuba e Murumuru	Certificação do Biocomércio - UEBT	2009
Floresta Nacional do Jamari (RO)	Madeira Nativa	Certificação FSC do Manejo Florestal	2012 a 2015
Área de Proteção Ambiental do Pratigi (BA)	Serviços Ambientais	Validação/Verificação Carbono - CCB (Clima, Comunidade & Biodiversidade) e VCS (Verified Carbon Standard) do mercado voluntário - OCT	2012 a 2014

Unidades de Conservação	Produto	Tipo de certificação ou verificação	Período
Floresta Nacional do Tapajós (PA)	Madeira Nativa e produtos não madeireiros	Certificação FSC do Manejo Florestal	2013 a 2015
Floresta Nacional de Saracá-Taquera (PA)	Madeira Nativa	Certificação FSC do Manejo Florestal	2013 a 2015
		Auditoria do contrato de Concessão Florestal	
Floresta Estadual do Paru (PA)	Madeira Nativa	Em processo de certificação FSC do Manejo Florestal	2015
		Auditoria do Contrato de Concessão Florestal	
Reserva Extrativista Rio Preto/Jacundá (RO)	Serviços Ambientais	Em processo de certificação FSC do Manejo Florestal	2015
		Validação/Verificação Carbono - CCB (Clima, Comunidade & Biodiversidade) e VCS (Verified Carbon Standard) do mercado voluntário	
Reserva Extrativista Chico Mendes (AC)	Madeira Nativa	Em processo de certificação FSC do Manejo Florestal para Cooperfloresta	2015
Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma (AM)	Serviços Ambientais	1º Certificação do Manejo Florestal na modalidade FSC Conservação no Brasil (em processo)	2015
		Validação/Verificação Carbono - CCB (Clima, Comunidade & Biodiversidade) e VCS (Verified Carbon Standard) do mercado voluntário – Amarjuma	

Manejo certificado em Terras Indígenas

A primeira experiência do Imaflora com certificação florestal em uma área protegida nasceu em 2002, entre os índios Xikrin, no sudoeste do Pará, com a conquista da certificação FSC para o manejo florestal.

Entre os povos indígenas do Brasil, os Xikrin foram os pioneiros na exploração de recursos madeireiros existentes em suas terras, seguindo os critérios do manejo sustentável.

Adaptar e aplicar os padrões e normas de um instrumento convencional completamente estruturado para uma realidade indígena não foi nada fácil. Foram necessários quase dez anos de estudos e investimentos, trabalho que resultou no Plano de Manejo Florestal Sustentável da Terra Indígena (TI) Xikrin do Cateté. O Imaflora ajudou a desenhar uma estratégia de longo prazo para exploração racional, de baixo impacto ambiental, controlada e monitorada por seus habitantes.

A iniciativa conseguiu transformar o que antes era uma exploração desordenada de madeira nativa em um modelo de uso sustentável dos recursos naturais.

Em 2006, a Terra Indígena do Baú, no extremo sul do Pará, município de Altamira, recebeu a certificação socioambiental FSC para uma área de 1,5 milhão de hectares. Foi uma resposta positiva à situação regional, marcada por conflitos fundiários, atividades ilegais de madeira e garimpo, obtida através da valorização de um dos principais recursos naturais da floresta, a castanha.

O manejo da castanha feito com base nos critérios do FSC, já adaptados, ajudou a reintegrar socialmente a comunidade indígena, através de mecanismos de repartição de custos e be-

nefícios, a estruturação da cadeia produtiva, investimentos em consultoria técnica, subsídios a auditoria para certificação, equipamentos e treinamento em práticas de manejo florestal.

Tudo foi feito levando em conta os costumes, a língua, a organização social, as crenças, as tradições, o conhecimento e a estreita relação da comunidade com a floresta e seus recursos. Além de gerar economia para os indígenas, o trabalho motivou o reforço na fiscalização contra as atividades predatórias que circundavam o território indígena.

Tabela 2. Terras Indígenas com atividades certificadas pelo Imaflora.

Terras Indígenas	Produto	Tipo de certificação ou verificação	Período
Terra Indígena Xikrin do Rio Catete (PA)	Madeira Nativa	Certificação do Manejo Florestal para a Associação Indígena Bep-Noi de Defesa do Povo Xikrin do Cateté.	2002 a 2004
Terra Indígena do Baú (PA)	Castanha do Brasil e Óleo de Castanha-do-Brasil.	Certificação do Manejo Florestal para Comunidade Kayapó na Terra Indígena do Baú.	2006 a 2014



Coleta de Castanha-do-Brasil na Terra Indígena do Bau (PA).



Reunião na sede da associação Metareila em Cacoal (RO) sobre projeto de carbono da Terra Indígena 7 de Setembro (MT e RO) do povo Paiter-Suruí.

Manejo florestal certificado em UCs

A Floresta Estadual do Antimari, no Acre, é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável. No ano de 2005, essa UC obteve, por meio do Imaflora, a certificação FSC. Foi a primeira certificação de floresta pública no Brasil. A floresta foi explorada de forma direta pelo governo do estado.

Além do pioneirismo, isso acabou criando as condições para alargar o entendimento entre representantes de organizações não governamentais, empresários do setor florestal e governos, no sentido de que o manejo florestal madeireiro poderia se tornar uma política pública de acesso aos recursos em Unidades de Conservação.

Em 2006, a aprovação da Lei de Gestão das Florestas Públicas e a criação de organizações estatais destinadas ao fomento da produção madeireira na Amazônia marcaram uma nova etapa para o setor florestal brasileiro, a ponto de criar condições para as concessões do manejo em duas Florestas Nacionais.

A Floresta Nacional (Flona) do Jamari (RO) tem uma área de cerca de 220 mil hectares, dos quais cerca de 50 mil hectares encontram-se em regime de concessão florestal e certificados pelo Imaflora. O restante da área permanece como área de conservação em que se permitem alguns usos.

Jamari foi a primeira floresta pública no país a ser concedida pelo governo federal para o manejo de madeira. São explorados também serviços de hospedagem, esportes de aventura e visitação.

A Flona de Saracá-Taquera, próxima ao município de Oriximiná, no Pará, possui aproximadamente 440 mil hectares, com grande potencial de recursos naturais renováveis (madeira, cas-

tanha e outros produtos não madeireiros). Os contratos preveem pagamentos ao governo, geração de empregos e investimentos diretos para serem utilizados para o apoio e a promoção da utilização sustentável dos recursos florestais.

Em 2015, Oriximiná recebeu o primeiro repasse de R\$ 753 mil vindos da concessão na Flona de Saracá-Taquera, referente à produção de madeira sustentável. Foi o primeiro município brasileiro a se habilitar para receber recursos pelo uso econômico das florestas públicas federais.

A Lei de Gestão de Florestas Públicas determina que parte do valor pago ao Serviço Florestal Brasileiro (SFB) pelo manejo das florestas federais seja distribuído entre o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) e os estados e municípios que abrigam tais florestas concedidas para o manejo.

Certificação do manejo comunitário em Unidades de Conservação

A partir das experiências exitosas e das soluções encontradas pelo caminho, foi possível impulsionar o crescimento da certificação comunitária em áreas protegidas. Além de ajudar a inserir as comunidades em novas formas de relacionamento com o mercado, o manejo e a certificação ajudaram a consolidar uma ideia de que conservação de áreas protegidas também se faz à medida que se criam alternativas econômicas para os habitantes dessas regiões.

Em 2004, foi a vez da Comunidade São Francisco do Iratapuru, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Iratapuru, no Amapá, receber a certificação. Lá, já havia a coleta de produtos florestais não madeireiros para comercialização.

Quatro anos antes, a comunidade havia fundado a Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru (Comaru), que queria certificar suas florestas para coleta de castanha e resina de breu.

A experiência foi impulsionada pela empresa de cosméticos Natura, que, naquela época, já buscava produtos da biodiversidade brasileira com origem certificada.

Para ter os benefícios da certificação, os moradores tiveram de assimilar ao processo de coleta e processamento regras que eles mesmos ajudaram a estabelecer, entre elas novas técnicas e práticas de manejo, a destinação correta do lixo e a manutenção das crianças na escola.



Auditoria para certificação do manejo de castanha e breu na RDS do Iratapuru (AP).



Auditoria para certificação do manejo de castanha e breu na RDS do Iratapuru (AP).

A Comaru passou a receber regularmente recursos do Fundo Social de Desenvolvimento da Natureza – mantido com o lucro obtido com a venda de produtos agregados de matéria-prima certificada. Os moradores da comunidade também recebiam pelo direito de uso de sua imagem na publicidade da empresa.

Conhecimento nativo

Quando se pensava que apenas grandes empresas poderiam ter acesso ao grupo de manejos certificados, a Associação de Moradores e Produtores do Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Chico Mendes, no Seringal Cachoeira, em Xapuri, conseguiu obter a certificação florestal FSC para as atividades de manejo.

Já de saída, o projeto trazia um elemento novo. O manejo madeireiro passou a incluir aos conhecimentos técnicos, as práticas tradicionais dos extrativistas e as formas peculiares de definir o ambiente e reconhecer os ciclos da natureza.

A metodologia de trabalho definiu que para cada árvore derrubada, quatro indivíduos adultos da mesma espécie seriam mapeados, em uma área de 10 hectares. As árvores eram identificadas como se formassem uma família, composta pela mãe, filha e neta. Com isso, a comunidade se apropriou das técnicas de manejo, ao aprender a manter árvores remanescentes e matrizes de todas as espécies manejadas, possibilitando a perpetuação da mata ao longo do tempo.

A madeira colhida com o manejo sustentável, comercializada em uma indústria local de produção de móveis e objetos de madeira de alto valor agregado, começou a gerar renda para os produtores, atraindo cada vez mais interessados em trabalhar segundo as regras da certificação.

O projeto piloto demonstrou ser possível para uma comunidade extrativista da Amazônia receber a certificação FSC. O caso do Seringal Cachoeira tornou-se um modelo para outras comunidades, a partir do uso sustentável de recursos florestais. Os exemplos se replicaram por toda a região. Isso tudo constituiu um estímulo e tanto para que as famílias se animassem a permanecer em suas áreas, ajudando a proteger a floresta.

Quase que simultaneamente, o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) de Porto Dias, no município de Acrelândia (AC), seguiu a mesma linha. A área tem cerca de 22 mil hectares e pouco mais de cem famílias também passaram a ver no manejo certificado uma saída econômica e uma perspectiva de conservar a floresta. Estava feito o casamento, que gerou frutos replicáveis e um novo olhar para a conservação.



Manejo Florestal madeireiro da Cooperfloresta (AC).

Carbono

O Imaflora tem hoje uma nova frente de trabalho, em parceria com a Rainforest Alliance: a avaliação para validação e verificação de projetos de carbono florestal respeitando os padrões do CCB Clima, Comunidade & Biodiversidade (CCB) e do Verified Carbon Standard (VCS), no âmbito do mercado voluntário. Trata-se de um dos frutos do conhecimento adquirido pelos especialistas do Imaflora.

Além de ajudar a criar no país um mercado de carbono com consistência técnica e credibilidade, o que o Instituto quer é es-



Validação e verificação do projeto de carbono da Terra Indígena 7 de Setembro (MT e RO) do povo Paiter-Suruí.

timular a manutenção da floresta em pé, por meio da comercialização dos créditos de carbono e otimizar os mecanismos para reduzir as emissões por desmatamento e degradação (REDD).

Isso tem tudo a ver com as áreas protegidas, pois o CCB e o VCS foram aplicados com sucesso nessas áreas. Esta é uma das apostas do Imaflora: viabilizar essas áreas por meio de promoção de alternativas econômicas que gerem ingressos econômicos para os moradores que zelam por ela e para as empresas que se integram ao processo de uso sustentável dos serviços e produtos da floresta.

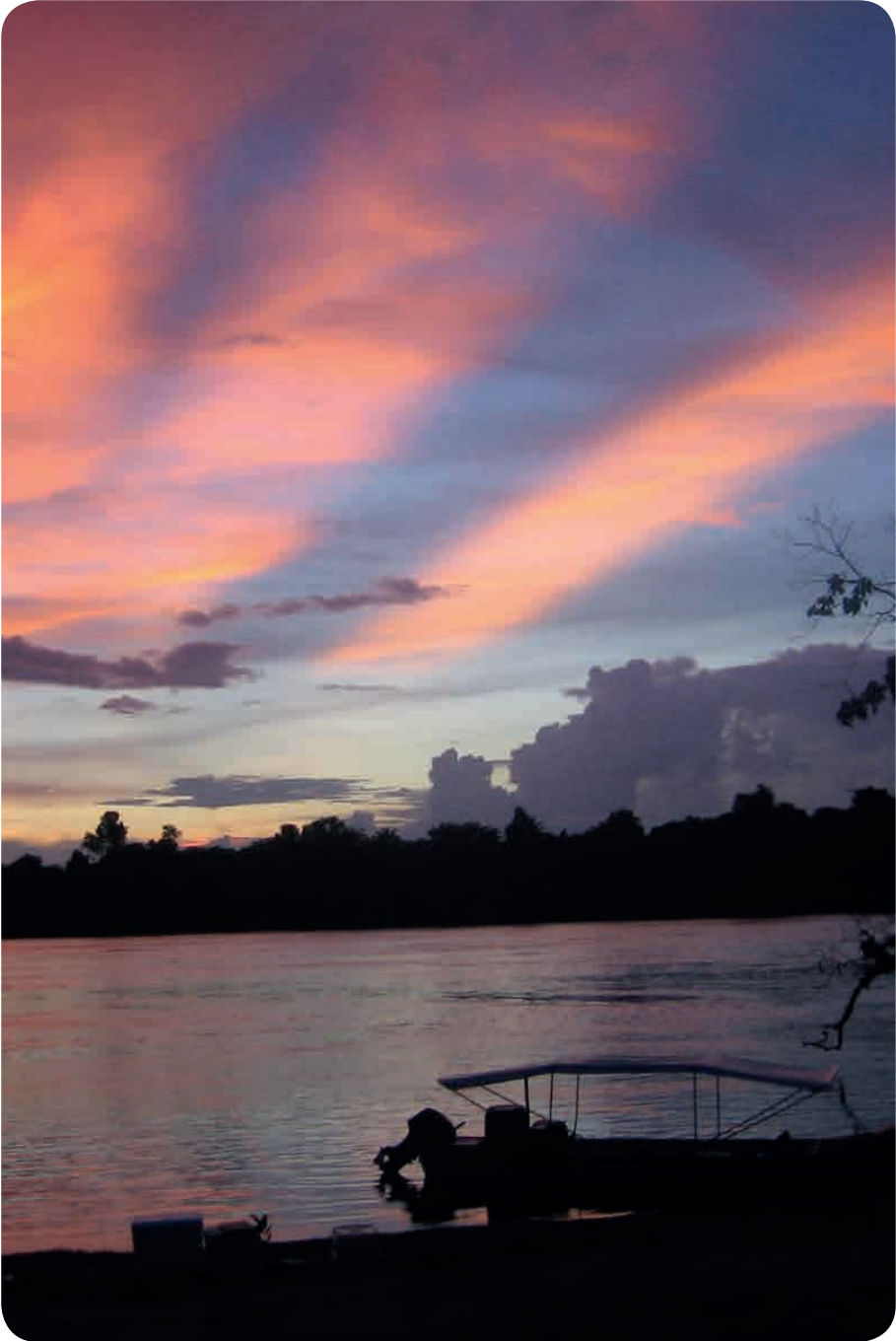


Reunião com povo Paiter-Suruí na Terra Indígena 7 de Setembro (MT e RO).

A venda dos créditos de carbono reconhece o valor de um dos serviços ambientais gerados pelas áreas protegidas. E ao remunerar as comunidades por esse serviço, contribui para o bem-estar dos moradores desses territórios e os incentiva a trabalhar para conservá-los.



Aldeia da Terra Indígena do Bau.



Resex do Rio Xingu.



Reunião pública para a criação da Floresta Estadual de Faro (PA).

CAPÍTULO 2

CONSULTAS PÚBLICAS PARA UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Embora sejam notáveis os resultados do trabalho de certificação que o Imaflora ajuda a desenvolver junto às comunidades que vivem nas áreas protegidas e empresas, o Instituto não restringe sua ação em apenas trabalhar para a correta exploração dos recursos naturais nas UCs. A organização também tem colaborado para criar novas áreas protegidas.

Em 2004, junto com o Ibama, o Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) e com apoio do governo do estado do Amazonas, o Imaflora começou a desenvolver uma metodologia de consulta pública para a criação de UCs.

Exigência prevista em lei, a consulta pública poderia ser realizada apenas para cumprir uma medida burocrática. Era preciso dar-lhe um sentido real e aproveitar a oportunidade criada no âmbito do Snuc para desenvolver um mecanismo que envolvesse, de fato, as comunidades no processo de criação das UCs.

Apesar de obrigatórias, as consultas públicas não estavam claramente definidas no texto da lei. Havia brechas no entendi-

mento de como fazer isso na prática. Mais complicado ainda, havia vários questionamentos legais sobre a validade de algumas consultas realizadas pelos órgãos gestores.

Por outro lado, foram realizadas consultas públicas de muita qualidade, mas que não chegavam ao conhecimento de outros analistas do Ibama, que acabavam passando ao largo das boas experiências. Só mais tarde é que a metodologia foi sistematicamente distribuída para os servidores do órgão ambiental federal.

A discussão sobre como elaborar uma metodologia para as consultas públicas acabou resultando, em 2005, no Guia de Consultas Públicas para Unidades de Conservação. O trabalho foi feito em parceria entre o Imaflora, o Imazon e o Ibama.

Para elaborar o guia, os técnicos trabalharam nas consultas para a criação do mosaico de UCs no sudeste do Amazonas (Apuí e Manicoré). Eles participaram também das consultas públicas para a Estação Ecológica da Terra do Meio, Parque Nacional do



Reunião com as comunidades extrativistas sobre a criação do mosaico de Unidades de Conservação no sudeste do Amazonas.

Rio Pardo e Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu, no Pará (Altamira e São Félix do Xingu), e ainda as da Resex de Arapixi, no Amazonas (Boca do Acre).

Foram ouvidos também os responsáveis pelas consultas públicas feitas para criação do Complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório, no Acre, a Floresta Estadual de Maués e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uacari, no Amazonas, além da Resex Verde para Sempre, no Pará. Tudo isso ajudou a identificar boas práticas e a reduzir os problemas gerados por descuidos nos processos de consultas públicas.

Adicionalmente, o trabalho incluía a análise da legislação relacionada ao tema, para garantir que os procedimentos sugeridos no guia estivessem em harmonia com a lei em vigor.

O desafio da Calha Norte

O conhecimento e a experiência credenciaram o Imaflora a realizar, em 2006, a convite do governo do Pará, todas as consultas públicas para criação das Unidades de Conservação estaduais da Calha Norte do rio Amazonas. Com base nas consultas, o governo do estado criou cinco UCs, em uma região de alta prioridade para a conservação da biodiversidade e com grande parte do seu território coberto por florestas primárias.

O processo de consultas públicas das UCs estaduais da Calha Norte incluiu uma série de visitas aos órgãos públicos e organizações da sociedade civil, em todos os municípios que poderiam ser afetados pela criação das UCs. Contou ainda com um plano de comunicação, com divulgação nas rádios, carros de som, televisão e em materiais impressos – tudo isso para atingir o maior número possível de pessoas, no maior número possível de cidades.

Também foram feitas reuniões públicas, por setor de atividade. Todas as ações tiveram como objetivo informar o mais amplamente, e da maneira mais transparente possível, tudo sobre a proposta de criação das UCs. E, é claro, discutir possíveis sugestões de alteração à proposta. Tudo muito público, aberto e transparente.

Esse esforço trouxe, por exemplo, resultados significativos na redução de possíveis conflitos futuros, como no caso da identificação de áreas já tituladas, inclusive de quilombolas. Havia também comunidades que queriam ser incluídas no desenho da Floresta Estadual de Faro, pois entendiam que os objetivos dessas florestas atenderiam às suas necessidades, protegendo contra a grilagem. A consulta ajudou a definir o nome da UC, o que foi importante para aumentar a identificação das populações locais com a área protegida.



Reunião com a comunidade do Português sobre a criação da Floresta Estadual de Faro (PA).

Além dos ajustes, esse processo aproximou governo e moradores do interior. Alguns declararam que havia sido o primeiro contato direto com o governo do estado, o que teve um valor muito grande para eles, favorecendo alianças importantes para proteção dos territórios.

Como resultado direto desse processo, foram criadas as Florestas Estaduais do Paru, do Trombetas e de Faro, a Estação Ecológica do Grão-Pará e a Reserva Biológica do Maicuru, somando 12,8 milhões de hectares. A esta área, agregaram-se outros 7,2 milhões de hectares de Terras Indígenas e mais 1,3 milhão de hectares de UCs federais, 400 mil hectares de Territórios Quilombolas, além de outras duas UCs estaduais, que adicionaram cerca de 60 mil hectares ao desenho. Isso faz da região o maior conjunto de áreas protegidas contínuas em um único estado – algo como Paraná e Alagoas juntos.



Reunião com associações de remanescentes de Quilombos sobre a criação das Florestas Estaduais de Faro e do Trombetas na sede da ARQMO (PA).

Terra do Meio

Em 2004, quando os especialistas do Instituto chegaram à Terra do Meio, no Pará, já estavam criadas as Resex Rio Xingu, do Rio Iriri e do Riozinho do Anfrísio, assim como as Terras Indígenas Cachoeira Seca, Xypaia e Kuruuaia.

Havia, no entanto, uma situação conturbada, devido ao asfaltamento da BR 163 (conhecida como Cuiabá-Santarém), que gerou um intenso movimento de especulação de terras na região. No miolo da Terra do Meio, ainda havia terras sem destinação – parte da União, parte do estado paraense – o que deixava a região à mercê de pressões para abertura de novas áreas a partir do município de São Félix do Xingu.

Entre 2004 e 2005, o Ibama e o governo do Pará buscaram o apoio do Imaflora, do Imazon e do WWF-Brasil para definir a melhor destinação para aquelas áreas. Coube ao Imaflora concentrar-se em consultas públicas em Altamira e São Félix do Xingu.

O clima era de muita preocupação por parte dos pecuaristas e agricultores familiares de São Felix, pois a simples notícia da criação de novas áreas protegidas gerou temor pela perda da terra – a maior parte dos ocupantes era formada por posseiros de boa-fé, porém sem o título da terra.

Mas o processo de diálogo transparente e bem conduzido conseguiu acalmar os ânimos. O objetivo era evitar o avanço de especuladores de terras, ao mesmo tempo em que se deixava claro que não se tratava de retirar as terras das pessoas já estabelecidas em suas propriedades e produzindo. Com isso, os grupos que antes eram contrários à criação das UCs, tornaram-se aliados, pois eles também temiam pelo avanço do desmatamento por grupos de outras regiões.



Reunião pública em São Félix do Xingu sobre a criação das Unidades de Conservação federais e estaduais da Terra do Meio (PA).

O resultado dessa interação foi a criação, em 2005, da Estação Ecológica da Terra do Meio e do Parque Nacional da Serra do Pardo – ambas áreas de proteção integral. Para proteger ainda mais estas duas UCs, o governo estadual criou, em dezembro de 2006, a Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu e a Floresta Estadual do Iriri, a partir dos subsídios gerados pelo Imazon e o Imaflora.

Mas o trabalho não terminou aí. O Imaflora trouxe sua experiência para trabalhar junto aos assentados que vivem na APA técnicas de pecuária e agricultura mais compatíveis com a conservação.

A ampliação das lavouras de cacau naquela porção amazônica passou a ser decisiva na recuperação de áreas já desmatadas, com o auxílio do sistema de plantio em Sistemas Agroflorestais (SAFs), que permitiam reproduzir o ambiente florestal e diversificar a produção.



Oficina de Agroecologia com agricultores familiares de São Félix do Xingu (PA).



Armazém em São Félix do Xingu (PA) com a produção dos agricultores familiares.

Tabela 3. Unidades de Conservação em que o Imaflora apoiou o governo nas consultas públicas.

Unidades de Conservação	Período
Floresta Estadual de Manicoré (AM)	2004 e 2005
Reserva Extrativista do Guariba (AM)	2004 e 2005
Floresta Estadual do Aripuanã (AM)	2004 e 2005
Floresta Estadual do Sucunduri (AM)	2004 e 2005
Parque Estadual do Sucunduri (AM)	2004 e 2005
Floresta Estadual do Apuí (AM)	2004 e 2005
Reserva de Desenvolvimento Sustentável Bararati (AM)	2004 e 2005
Parque Estadual do Guariba (AM)	2004 e 2005
Reserva de Desenvolvimento Sustentável Aripuanã (AM)	2004 e 2005
Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu (PA)	2004 a 2006
Floresta Estadual do Iriri (PA)	2004 e 2005
Parque Nacional da Serra do Pardo (PA)	2004 e 2005
Estação Ecológica da Terra do Meio (PA)	2004 e 2005
Reserva Extrativista Arapixi (AM)	2005
Floresta Estadual de Faro (PA)	2006
Floresta Estadual do Paru (PA)	2006
Floresta Estadual de Trombetas (PA)	2006
Estação Ecológica do Grão Pará (PA)	2006
Reserva Biológica Maicuru (PA)	2006



Diagnóstico socioeconômico no PDS Paraíso, localizado no acesso à Floresta Nacional de Mulata e Floresta Estadual do Paru (PA).

CAPÍTULO 3

GESTÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS

Em 2000, a lei que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc) consolidou as diretrizes e os procedimentos para que os governos federal, estaduais e municipais e a iniciativa privada pudessem criar, implantar e gerir as UCs. Entre as novas regras do Snuc, veio a exigência de que todas as UCs tivessem seus planos de manejo – documento técnico com o zoneamento e as normas de uso da área e, principalmente, o manejo dos recursos naturais.

Cinco anos antes, porém, a Flona do Tapajós, no Pará – às margens do rio Tapajós – já funcionava para o Imaflora e parceiros como um rico laboratório de gestão e manejo comunitário na floresta amazônica.

Em 1996, graças aos recursos do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), foi possível elaborar o Plano de Uso Comunitário da Flona. O Imaflora coordenou a atividade em uma primeira experiência conjunta que unia governo federal e outros parceiros na gestão de uma área protegida.

A metodologia baseou-se em processos participativos que integraram o conhecimento e as opiniões do órgão gestor, das comunidades locais e demais atores envolvidos na gestão da área.

Mais que um documento, o resultado foi um processo que permitiu que a sociedade envolvida na conservação da Flona se apropriasse de um novo instrumento de gestão. Além do manejo em si, o plano passou a ter uma importância política, que repercutiu além das fronteiras da UC.

O projeto na Flona do Tapajós não só ajudou a entender como o manejo florestal poderia se tornar uma atividade sustentável para as comunidades locais, como também serviu para ampliar as políticas públicas sobre o manejo em áreas protegidas.

Conselhos

Em 2007, o Imaflora passou a integrar o Consórcio Calha Norte, um grupo de órgãos públicos e ONGs que elaborou, aprovou e publicou os planos de manejo das florestas estaduais da Calha Norte: Paru, Faro e Trombetas. Os planos previam que o manejo dos recursos florestais na região fosse feito, prioritariamente, pelas comunidades locais que já usavam os produtos não madeireiros da floresta de forma tradicional para sua subsistência e para comercialização.

Parte da área dessas UCs seguiria destinada ao manejo madeireiro por meio de concessão florestal, parte seria destinada ao turismo de base comunitária e o restante estaria reservado para a fauna e a flora viverem sem interferência humana.

Em paralelo à elaboração do plano de manejo, no âmbito do Consórcio Calha Norte, a convite do governo do Pará e do Imazon, o Imaflora assumiu nova tarefa relacionada à gestão das UCs de uso sustentável. Desta vez, o convite foi para desen-

volver os conselhos consultivos das florestas estaduais do Pará, também previstos na legislação.

Para isso, foi necessário mergulhar na Calha Norte do rio Amazonas e ir a cada um dos municípios da região para identificar atores e interesses que deveriam estar representados no conselho, e em busca de pessoas com o perfil mais adequado para compor esses colegiados.



Diagnóstico dos garimpos da Floresta Estadual do Paru (PA): pistas de pouso improvisadas são o único acesso.

Uma equipe formada por técnicos do Imaflora, Imazon e da Secretaria Estadual de Meio Ambiente visitou os municípios paraenses de Almerim, Monte Alegre, Alenquer, Óbidos, Oriximiná, Faro, Prainha, Curuá, Terra Santa e Laranjal do Jari.



Estrada do PDS Serra Azul, um dos principais acessos a Floresta Estadual do Paru (PA), em 2007.

A partir de um questionário para coletar e sistematizar as informações, traçou-se um mapa sociocultural daquele universo, que permitiu identificar os interesses que deveriam estar representados em cada conselho e quem melhor os representaria, de forma a permitir que os conselhos fossem, de fato, espaços de diálogo, participação e decisão sobre os destinos das UCs.

Ao todo, foram feitas 138 entrevistas com representantes de diversos segmentos para traçar o plano de implementação das áreas. Além dos municípios da Calha Norte, instituições situadas em cidades-polo da região, como Belém, Santarém e Macapá, também foram incluídas no processo.

O desenho final foi discutido com o governo do Pará e demais parceiros. O resultado foi a criação dos conselhos das Flotas

de Faro, do Paru e do Trombetas, que têm ampla representatividade social e atendem à lei do Snuc.

Esta mesma linha de procedimento orientou o trabalho do Imafloa também na criação do Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Mulata, em 2008. A área, é preciso lembrar, tem mais de 412 mil hectares de floresta tropical.

Foram também formados os conselhos e aprovados os planos de manejo da Esec Grão Pará e da Rebio Maicuru. Com essas ações, foram estabelecidos os instrumentos de governança exigidos por lei, fundamentais para a consolidação dessas áreas protegidas.



Reunião do conselho da Floresta Estadual do Trombetas em Oriximiná (PA).

Tabela 4. Unidades de Conservação nas quais o Imafloira apoiou o governo na criação de UCs e capacitação dos conselheiros.

Unidades de Conservação	Período
Floresta Estadual de Faro (PA)	2007 a 2012
Floresta Estadual do Paru (PA)	2007 a 2012
Floresta Estadual de Trombetas (PA)	2007 a 2012
Estação Ecológica do Grão Pará (PA)	2007 a 2012
Reserva Biológica Maicuru (PA)	2007 a 2012
Flona de Mulata (PA)	2010 a 2012
Resex Tapajos Arapiuns (PA)	2010 a 2011
Flona do Amapá (AP)	2011

Momentos Legais

As áreas protegidas também foram o cenário de uma experiência inédita desenvolvida pelo Imafloira com o ICMBio e a Conservação Internacional (CI-Brasil). Batizada de Momentos Legais, a iniciativa começou em 2010, na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, no Pará.

O objetivo era levar mais qualificação e eficácia na participação dos membros dos conselhos e moradores das Unidades de Conservação de Uso Sustentável da região, por meio da discussão sobre os aspectos legais que envolvem a gestão das áreas. A ideia veio da constatação de que muitos conselheiros das UCs queriam contribuir na gestão das áreas, mas traziam propostas que se chocavam com a lei, gerando situações às vezes embaraçosas.

Além de promover ainda mais cidadania e capacidade de intervenção na realidade, a inovação criada com este trabalho foi adaptar o universo das leis à linguagem das comunidades, facilitando a compreensão e a construção coletiva de conhecimento.



Momentos Legais: Oficina de Capacitação em legislação na Resex Tapajós-Arapiuns (PA).

No primeiro momento, a ideia foi estimular o conselho a apropriar-se do conhecimento da legislação necessária para fazer uma gestão efetivamente participativa e de qualidade. As discussões começaram com o resgate histórico da luta dos extrativistas, por meio da construção de uma linha do tempo.

Em seguida, apresentavam-se ao conselho noções básicas de direito, com a hierarquia das normas e sua estrutura, desde a Constituição Federal, a lei do Snuc e as Instruções Normativas sobre Plano de Manejo, Conselho Deliberativo e as regras sobre acesso, manejo, residência, visitação e pesquisa em Reservas Extrativistas. Enfim, de todo o conjunto de leis pertinentes para fazer funcionar os conselhos.

Depois disso, vinham os debates sobre a Lei de Crimes Ambientais e o Decreto de Infrações Administrativas Ambientais, a lei sobre a Concessão de Direito Real de Uso, o Código Florestal e as normas sobre planos de manejo participativos em Unidades de Conservação.



Momentos Legais: Gestor da Resex Tapajós-Arapiuns (PA) elabora proposta de regularização fundiária com os conselheiros.

Um dos resultados mais significativos da iniciativa foi justamente a definição e a implementação das ações para regularização dos moradores da UC. Na declaração do gestor da Resex, com os Momentos Legais ele pode contar com os conselheiros e moradores para regularizar a permanência daqueles, e somente daqueles, que tinham direito a permanecer no território enquanto população tradicional.

E isso foi feito estabelecendo em que condições essas populações poderiam permanecer, isto é, assegurando que poderiam realizar as atividades que tinham direito e também restringindo as atividades que não são permitidas pela legislação e que poderiam ameaçar o futuro dos próprios moradores.

Em 2011, o projeto se estendeu para a Floresta Nacional do Amapá. Além do conteúdo básico sobre legislação, na mesma linha da Resex, a capacitação buscou esclarecer e conscientizar os moradores da comunidade e assentados nos temas relacionados à Política Nacional e Estadual de Recursos Hídricos e à Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca e os Acordos de Pesca, visto que o manejo de pescados sempre teve peso na economia das comunidades locais.

O trabalho contribuiu significativamente para melhorar o diálogo dos gestores das UCs com os moradores e as pessoas envolvidas nos respectivos conselhos, que passaram a compreender melhor os limites jurídicos e as oportunidades existentes no âmbito legal.

Florestas de Valor

Foi nas regiões da Calha Norte, Terra do Meio e São Félix do Xingu que o Imaflora decidiu recentemente desenvolver uma das suas mais ousadas iniciativas de apoio às comunidades no uso sustentável dos recursos da floresta: o projeto Florestas de Valor, mantido com recursos da Petrobras, como parte do Programa Petrobras Socioambiental, do Fundo Amazônia/BNDES, Fundação Moore e Fundo Vale.

O aporte dos recursos só foi possível graças à confiabilidade e ao acúmulo de conhecimento e experiências do Imaflora em iniciativas promissoras e de impacto regional na Amazônia. Parte da estratégia do projeto para conservar as florestas da região é fortalecer as cadeias de produtos florestais não madeireiros e promover a agroecologia em áreas protegidas e no seu entorno.



Oficina de Agroecologia em São Félix do Xingu (PA) em que o cacau era o principal produto para implantação de Sistemas Agroflorestais.



Oficina de Agroecologia no PDS Paraíso (PA) com implantação de Sistemas Agroflorestais.

Na Calha Norte do rio Amazonas (Alenquer e Oriximiná), Terra do Meio (Altamira) e no município de São Félix do Xingu, o projeto apoia atividades ligadas ao extrativismo e à produção agrícola. A iniciativa colabora na implantação de sistemas produtivos responsáveis e conecta moradores das comunidades e empresas dentro da lógica da comercialização ética.

A iniciativa fortalece a oferta de alternativas econômicas ao desmatamento junto às populações locais, estimulando processos produtivos que ajudam a conservar as áreas naturais e recuperar áreas degradadas. São cerca de cinco mil pessoas beneficiadas no campo, além de ações de conscientização sobre o consumo de produtos da floresta e conservação ambiental em grandes centros consumidores, como o estado de São Paulo, por exemplo.

Os modelos desenvolvidos pelos técnicos do Imaflora geram resultados animadores, pois a consolidação dos modelos sustentáveis cria novas referências para políticas públicas na Amazônia.



Produtos desenvolvidos com os extrativistas das Resex da Terra do Meio (PA).

CAPÍTULO 4

MERCADO E PRODUÇÃO COMUNITÁRIA EM ÁREAS PROTEGIDAS

A produção extrativista, de base sustentável, que se desenvolve nas áreas protegidas, tem nas atividades ilegais e predatórias forte concorrente no mercado. Na Amazônia, isso é facilmente observado. Os anos de vivência do Imaflora na região ajudaram a entender essa lógica perversa, que insiste em continuar existindo. Para vencer essa situação, o Imaflora usa o mercado ético como antídoto.

Mas, para isso, o primeiro passo é identificar a demanda ou nicho de mercado para os produtos da comunidade, identificando parceiros comerciais afinados com práticas diferenciadas que caracterizam as comunidades, para então trabalhar com as empresas sensibilizando-as para o relacionamento comercial com os comunitários, e construir um novo movimento econômico com as empresas que se abastecem dos produtos da floresta.

Com um potencial parceiro em vista, o Imaflora organiza as cadeias de valor comunitárias, agrega valor aos produtos e capacita as comunidades para as boas práticas de manejo e gestão.

Se esta economia ainda está em formação, ao menos já tem sido possível estabelecer junto ao mercado modelos de negócio que levam em conta a conservação da natureza e os modos de vida das comunidades e povos tradicionais.

O que anima o Imaflora é que as experiências com essa nova forma de fazer negócios com responsabilidade social estão cada vez mais fortes na Amazônia, e apontam um novo caminho para as empresas e as comunidades.

Negócios que passam a valorizar a cultura extrativista e que levam em conta a contribuição destas comunidades para ajudar a manter de pé a floresta já estão dando lucros associados a ganhos socioambientais.

Os empreendimentos comerciais que o Imaflora e seus parceiros estão liderando na região são pautados em princípios éti-



Reunião com extrativistas das Resex da Terra do Meio (PA) sobre custos da extração de produtos da sociobiodiversidade.

cos de comercialização, como diálogo entre as partes, o respeito mútuo, a transparência e o equilíbrio de forças nas negociações.

A parceria comercial é estabelecida entre comunidades e empresas, mas o contrato comercial envolve múltiplos atores, entre eles organizações comunitárias, ONGs, instituições governamentais, segmentos empresariais. Todos esses elos compartilham responsabilidades e têm um importante papel, não somente na transparência do processo, mas também no compartilhamento de soluções.

Existem hoje no Brasil e no mundo diversas empresas interessadas em assegurar rastreabilidade da produção e estabelecer uma relação comercial mais ética, com potencial de gerar benefícios socioambientais para as comunidades através de uma relação direta, evitando intermediações nocivas do ponto de vista comercial. No caso das conexões que se estabelecem com o apoio do Imaflora, tudo é negociado dentro da própria comunidade.

As parcerias têm demonstrado potencial para gerar diversos benefícios para as comunidades. Relações comerciais de longo prazo, preços justos negociados e acordados entre as partes, valorização da produção e estímulo aos jovens, alternativa econômica compatível com a conservação das áreas protegidas são alguns resultados dessa nova forma de explorar o potencial econômico da floresta.

Copaíba

O valioso óleo de copaíba, de múltiplo emprego na indústria de cosméticos, aromas e medicamentos, já serviu até de moeda de troca por óleo diesel e mantimentos, nos distantes rincões amazônicos. Mas o tempo de desvalorização do produto vai ficando para trás. Atualmente, a copaíba extraída no interior da floresta tem um caminho direto para mercados no Brasil e em outros países.

Os casos mais bem-sucedidos vêm do município de Oriximiná, na Calha Norte do rio Amazonas (PA), e da Terra do Meio, no Pará. Na Calha Norte, comunidades quilombolas residentes no interior e entorno da Flona de Saracá-Taquera, da Rebio Trombetas, das Florestas Estaduais de Faro e de Trombetas e de Territórios Quilombolas – antes desvalorizadas no comércio da copaíba – viraram o jogo e agora vendem sua parte da produção em condições mais justas.

Na Terra do Meio, as comunidades residentes nas Resex do Rio Iriri, do Rio Xingu e do Riozinho do Anfrísio eram igualmente desvalorizadas na venda de sua produção e excessivamente taxadas, quando compravam produtos dos atravessadores.

A empresa suíça Firmenich – uma das maiores do mundo no mercado de fragrâncias e sabores para a indústria cosmética e de alimentos – foi quem aceitou o desafio de discutir um acordo de compra e venda de copaíba em que a base é a ética, que prevalece para ambos os lados.



Remessa de óleo de copaíba da Floresta Nacional de Saracá-Taquera (PA) preparado para a indústria.

Somente as comunidades quilombolas ligadas ao projeto Florestas de Valor, na Calha Norte, conseguem entregar de 2 a 3 mil litros de óleo de copaíba para a empresa de forma diferenciada, anualmente.



Representante da empresa negocia com extrativistas na comunidade do Curuça, na Floresta Nacional de Saracá-Taquera (PA).

Tanto na Calha Norte como na Terra do Meio, tudo é comercializado por meio de um sistema coletivo, desenhado com a ajuda dos técnicos do Imaflora, ISA e outros parceiros, e com participação ativa dos moradores da comunidade. Com essa abertura de mercado, a comunidade sente-se estimulada a permanecer nas áreas de floresta, ajudando a conter os fortes interesses contrários à conservação.

Borracha

Região de grande importância para a conservação da biodiversidade e para a existência de comunidades e povos tradicionais, a Terra do Meio abriga experiências inovadoras no uso sustentável de produtos não madeireiros.

Empresas e comunidades estão firmando pactos pela sustentabilidade com a intervenção de várias ONGs parceiras e apoio dos governos federal e estadual. Juntos, esses vários atores consolidam pelo viés econômico o mosaico de áreas protegidas da região.

Em 2009, após a aproximação da empresa Mercur – líder na produção de artefatos de borracha no Brasil – por intermédio da AMCE Negócios Sustentáveis, o Imaflora iniciou com o Instituto Socioambiental (ISA) uma nova proposta de funcionamento da cadeia de valor da borracha na Terra do Meio, estabelecendo



Reunião com extrativistas na Resex Riozinho do Anfrísio (PA) sobre a parceria comercial para venda da borracha.



Extração de borracha na Resex do Rio Iriri (PA).

pontes entre os extrativistas e a indústria, como uma estratégia de manter a floresta protegida contra as atividades nocivas ao ambiente e às culturas locais.

A partir de um diagnóstico da produção nas Reservas Extrativistas do Rio Iriri, do Rio Xingu e do Riozinho do Anfrísio, os especialistas do Imaflora e do ISA identificaram na borracha um potencial de mercado para as comunidades. A situação inicial, na qual os atravessadores pagavam menos de R\$ 2 por cada quilo do produto, começou a ser revertida a partir do diálogo com a indústria.

As grandes empresas queriam garantias de volume, de qualidade, de entrega, de capacidade de produção, controle e toda a série de exigências típicas de quem opera profissionalmente no mercado. Mas as comunidades não estavam articuladas para atender às exigências desses potenciais compradores e não con-

seguiam falar de igual para igual com os empresários. Foi aí que entrou o apoio técnico na busca de parceiros comerciais interessados em estabelecer relações diferenciadas.

A inovação começou a tomar forma com o Protocolo Comunitário, um documento que estabelece as bases para que as relações comerciais e a utilização da biodiversidade possam ser construídas respeitando os princípios de um comércio ético, os valores e o modo de vida das populações da floresta.

Nesta forma de contrato, os dois lados manifestam-se publicamente na comunidade, mostram suas expectativas, assumem posições, compartilham soluções e discutem o que pode ser bom para ambas as partes. Até chegar a um consenso.

Sensível a esse apelo, a Mercur, líder brasileira na indústria de artefatos de borracha, decidiu considerar o protocolo no relacionamento com a comunidade, e aí começou a virada do jogo em favor dos comunitários. O proprietário e diretor da empresa foi pessoalmente negociar com os extrativistas e, ao chegar à Resex, os encontrou preparados para o diálogo.

A presença do empresário na comunidade elevou em muito a transparência da relação, pois não havia intermediários distorcendo as informações para um lado ou para o outro. Ele ouviu diretamente dos extrativistas as condições em que lhes interessava trabalhar, e vice-versa.

Isso gerou caminhos novos para conciliar distintos pontos de vista, pois permitiu que ambos trocassem informações sobre suas realidades. Outro efeito foi a comunidade perceber o valor que seu produto tem para empresas como a Mercur.

O compromisso de entregar um produto de qualidade tem como contrapartida da empresa uma relação de longo prazo, que



Representante da empresa orienta extrativistas sobre beneficiamento para produção da manta de borracha na Resex do Rio Iriri (PA).

permite que os extrativistas possam também cuidar de suas roças, garantindo a segurança alimentar. Na ponta do lápis, o valor do quilo pago pelo látex dobrou.

A empresa é hoje a que melhor paga pelo produto na região, o que aquece o mercado. A remuneração tem tido um efeito múltiplo na região. Ela estimula a retomada da cultura seringueira, incentiva as famílias a ficarem no campo cuidando da floresta e ainda faz surgir uma economia de base florestal que não derruba uma árvore sequer.

Castanha

Em maio de 2015, na Reserva Extrativista do Rio Iriri, na Terra do Meio, os representantes da Wickbold – maior empresa brasileira em fabricação de pães e líder em produção de pães especiais no mundo – embarcaram no desafio de dialogar com as comunidades extrativistas, para conhecer as práticas tradicionais empregadas no manejo da castanha.

A Wickbold havia sido identificada um ano antes, por meio de um estudo do Imaflora, como potencial parceiro comercial, alinhado com a comercialização diferenciada. Uma vez identificada a empresa, seguiu-se uma série de reuniões para engajar a alta direção, a equipe de suprimentos, marketing e outras áreas. Feito isso, o pessoal da empresa foi para o diálogo na comunidade.



Reunião com moradores da comunidade de Cachoeira Porteira localizada na Floresta Estadual de Trombetas (PA).

A conversa foi produtiva. Seguindo a mesma linha de trabalho que fez com que o látex das comunidades da Terra do Meio passasse a abastecer a Mercur, e o óleo de copaíba a seguir a rota em direção a vários países com o acordo firmado entre os quilombolas e os extrativistas com a Firmenich, a castanha produzida pelos comunitários da região irá nutrir os negócios da Wickbold, que também almeja se diferenciar junto aos consumidores.

Utilizar a castanha agregada de valores socioambientais permitirá à empresa expandir seus negócios junto ao mercado atento à segurança e à origem sustentável dos produtos. O primeiro acordo de compra e venda de castanha proveniente das Resex da Terra do Meio envolve uma produção superior a 100 toneladas por ano, na base da comercialização ética – para começar.

Isso irá garantir a valorização dos produtos da floresta no mercado ético e a perspectiva de manter os modos de vida tradicionais, de forte relação com a floresta, que caracteriza as famílias extrativistas.

Origens Brasil

Em 2012, uma nova estratégia de apoio às cadeias produtivas sustentáveis, criada pelo Imaflora e o Instituto Socioambiental, passou a apoiar as ações de conservação na região do Xingu. Trata-se de uma iniciativa de valorização dos Territórios de Diversidade Socioambiental por meio da criação do sistema Origens Brasil, que garante a origem e a forma como foi manejado o recurso.

A meta é desenvolver cadeias produtivas com garantia de origem, rastreabilidade, sustentabilidade e relações comerciais éticas. Com o projeto, espera-se manter o patrimônio e a diversidade socioambiental dos territórios, fortalecendo cadeias de valor responsáveis e a governança associada a essas cadeias. A iniciativa tem o papel de criar uma rede de interações entre pro-



Discussão da parceria comercial dos moradores das Resex do Rio Iriri (PA).



Treinamento dos indígenas no Parque Indígena do Xingu (MT) para uso da ferramenta de coleta de dados sobre produção extrativista.

dutores, associações comerciais comunitárias, instituições de apoio, empresas e consumidores.

O universo do Origens Brasil Xingu envolve uma região de cerca de 26 milhões de hectares nos estados do Mato Grosso e do Pará. A área abriga nove Unidades de Conservação, 20 Terras Indígenas e 24 povos com línguas distintas. São 40 municípios conectados pelos biomas Amazônia e Cerrado e uma população estimada em cerca de 16 mil pessoas. E o Xingu é só o primeiro território. O plano é ampliar o Origens Brasil para outros locais com características semelhantes.

Toda essa sociobiodiversidade gera uma infinidade de produtos extrativistas, agrícolas, artísticos e artesanais que podem garantir sustentabilidade econômica às famílias, com geração de renda associada às boas práticas de produção e comércio ético.

Tabela 5. Unidades de Conservação em que o Imafloa trabalhou na elaboração e implementação do Plano de Manejo e em ações para comercialização de produtos manejados nesses territórios.

Unidades de Conservação	Período
Floresta Nacional do Tapajós (PA)	1995 e 1996
Floresta Estadual de Faro (PA)	2009 a 2012
Floresta Estadual do Paru (PA)	2009 a 2012
Floresta Estadual de Trombetas (PA)	2009 a 2015
Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio (PA)	2009 a 2015
Reserva Extrativista do Rio Iriri (PA)	2009 a 2015
Reserva Extrativista do Rio Xingu (PA)	2009 a 2015
Reserva Biológica do Rio Trombetas (PA)	2010 a 2015
Floresta Nacional de Saracá-Taquera (PA)	2010 a 2015
APA Triunfo do Xingu	2010 a 2015



Município de Monte Alegre, na Calha Norte paraense.

CAPÍTULO 5

POLÍTICAS PÚBLICAS

Assim que o Imaflora passou a trabalhar com áreas protegidas, um dos componentes fundamentais na sua estratégia foi a aproximação com os governos, seja para apoiá-los para formulação e implementação de políticas públicas, seja para pressioná-los.

Afinal, a gestão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação é uma tarefa do Estado, que se concretiza, é claro, com a participação de uma gama enorme de apoiadores. Além do Snuc, políticas relacionadas a mercados institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e a Política de Aquisição de Alimentos – PAA, e para desoneração fiscal de produtos da sociobiodiversidade estão também entre as prioridades do Imaflora, com o objetivo de promover o manejo sustentável dos produtos agrícolas e florestais pelas comunidades que estão no interior e entorno das áreas protegidas.

A sociedade civil, representada pelas ONGs, tem tido um papel decisivo na prospecção, criação e consolidação das áreas protegidas. Não é diferente com relação ao Imaflora.



Discussão do projeto de construção de Unidades de Beneficiamento de Alimentos, na Floresta Nacional de Saracá-Taquera para fornecer para merenda escolar por meio do PAA e PNAE.



Lideranças indígenas, extrativistas e instituições de apoio na reunião do Comitê Territorial do Origens Brasil Xingu na sede do Imaflora em Piracicaba (SP).

O Instituto procura pautar-se pelo relacionamento construtivo com seus pares e na influência direta aos governos por meio de iniciativas e propostas embasadas teoricamente e com forte lastro na realidade vivida no campo.

Desde as primeiras experiências para implementar ações de manejo, certificação, consultas públicas e criação de áreas protegidas, o Instituto interage com os governos federal, estaduais e municipais em busca de soluções que apontem para a garantia de que as florestas ficarão bem cuidadas, as comunidades valorizadas em suas práticas e modos de vida tradicionais e o mercado abastecido de modo ético.

Mas o Imaflora não tem a pretensão de atingir essas metas sozinho. A equipe sabe que a construção de um novo modelo de proteção do meio ambiente que contemple pelo menos as três bases do desenvolvimento sustentável – o ambiental, o social e o econômico – só será possível com a interação da sociedade, o mercado e os governos.

Coalização Pró-UCs

A participação do Imaflora na valorização e defesa do Sistema Nacional de Unidades de Conservação ganhou novos contornos políticos e de mobilização social a partir de 2014.

O Instituto foi um dos fundadores da Coalizão Pró-UCs, da qual participam também a Conservação Internacional (CI-Brasil), Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza, SOS Mata Atlântica, Rede Pró UCs, WWF-Brasil e Instituto Semeia. Trata-se de um coletivo que busca uma forma de política estruturada e assertiva em defesa do Snuc.

A Coalizão Pró-UCs opera estratégias integradas e de alto impacto de comunicação e mobilização social não só em casos

pontuais, mas também com uma visão de longo prazo, para que o Snuc possa se consolidar e permanecer blindado aos constantes ataques que vem sofrendo desde que foi criado.

A expectativa da Coalizão é que cada vez mais a população brasileira tenha as UCs como um patrimônio que lhe pertence e que cabe a ela ajudar a cuidar.

Neste coletivo, o papel do Imaflora é aportar conhecimentos sobre os povos que vivem e utilizam os recursos naturais nas áreas protegidas e os diversos produtos que são manejados nesses territórios.

Colabora também para ampliar o conhecimento da população brasileira sobre a importância desses produtos no abastecimento do mercado de castanhas, óleos, essências e medicamentos que chegam aos lares de todo o Brasil.

Realização



Apoio



Patrocínio



Nesta publicação, o Imaflora destaca o trabalho que tem desenvolvido nas duas últimas décadas junto às áreas protegidas, sobretudo na Amazônia, e sua relação com as populações locais, as organizações da sociedade civil, governos e empresas. Trata-se de uma análise com perspectiva histórica, que traz uma reflexão sobre nossa trajetória e, ao mesmo tempo, aponta caminhos para seguirmos em frente.